

Transmissora Sul
Litorânea de
Energia S/A. - TSLE

**Demonstrações financeiras
Intermediárias em 30 de junho de
2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstração de resultados	6
Demonstração de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800, Fax +55 (47) 3205-7815
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Administradores e aos acionistas da
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. ("Companhia") em 30 de junho de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

Revisão dos valores correspondentes

O balanço patrimonial correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentado para fins de comparação, foi anteriormente auditado por nós, que emitimos relatório datado em 31 de março de 2016, sem modificações. As demonstrações contábeis intermediárias correspondente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 22 de julho de 2015, sem modificações.

Joinville, 5 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. -TSLE

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2016	31/12/2015	Passivo	Nota	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.207	5.793	Fornecedores e empreiteiros	10	14.370	11.070
Concessionários e Permissionários	6	12.122	12.470	Empréstimos e Financiamentos	11	37.110	46.862
Impostos a recuperar	7	588	541	Folha de pagamento		78	72
Estoques		8.651	8.733	Impostos e contribuições a recolher		1.384	2.027
Despesas antecipadas		2.615	2.481	Provisões contratuais	10	25.457	29.685
Ativo financeiro de concessão	8	29.264	28.215	Taxas regulamentares	12	2.573	1.806
				Outros		16	-
Total do ativo circulante		58.447	58.233	Total do passivo circulante		80.988	91.522
Ativo financeiro de concessão	8	877.867	884.031	Empréstimos e Financiamentos	11	432.949	448.409
Cauções e depósitos vinculados	9	19.329	18.693	Impostos diferidos	13	633	2.853
Impostos a recuperar	7	3	-	Adiantamento para aumento de capital - AFAC	14	168.296	156.859
Despesas antecipadas		692	722				
Imobilizado		2.401	2.161	Total do passivo não circulante		601.878	608.121
Total do ativo não circulante		900.292	905.607	Patrimônio líquido	15		
				Capital social		280.000	280.000
				Prejuízos Acumulados		(4.127)	(15.803)
				Total do patrimônio líquido		275.873	264.197
Total do Ativo		958.739	963.840	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		958.739	963.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. -TSLE

Demonstração do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2016	01/04 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2015
Receita operacional líquida	16	26.520	45.506	19.163	77.625
Custo de construção		(899)	(1.374)	(1.042)	(41.128)
Custo de operação	17	<u>(2.475)</u>	<u>(4.008)</u>	<u>(1.041)</u>	<u>(4.074)</u>
Lucro bruto		<u>23.146</u>	<u>40.124</u>	<u>17.080</u>	<u>32.423</u>
Despesas administrativas	18	<u>(911)</u>	<u>(1.995)</u>	<u>(930)</u>	<u>(1.923)</u>
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		<u>22.235</u>	<u>38.129</u>	<u>16.150</u>	<u>30.500</u>
Receita financeira		702	1.714	413	645
Despesa financeira		<u>(15.186)</u>	<u>(30.388)</u>	<u>(23.376)</u>	<u>(30.337)</u>
Resultados financeiros líquidos	19	<u>(14.484)</u>	<u>(28.674)</u>	<u>(22.963)</u>	<u>(29.692)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>7.751</u>	<u>9.455</u>	<u>(6.813)</u>	<u>808</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>205</u>	<u>2.221</u>	<u>2.969</u>	<u>(275)</u>
Resultado do período		<u><u>7.956</u></u>	<u><u>11.676</u></u>	<u><u>(3.844)</u></u>	<u><u>533</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2016	01/04 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2015
Resultado do período		<u>7.956</u>	<u>11.676</u>	<u>(3.844)</u>	<u>533</u>
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total		<u><u>7.956</u></u>	<u><u>11.676</u></u>	<u><u>(3.844)</u></u>	<u><u>533</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>			Total
	Capital Social	Reserva legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	280.000	3.223	-	283.223
Resultado do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>533</u>	<u>533</u>
Saldos em 30 de Junho de 2015	<u>280.000</u>	<u>3.223</u>	<u>533</u>	<u>283.756</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	280.000	-	(15.803)	264.197
Resultado do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.676</u>	<u>11.676</u>
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>280.000</u>	<u>-</u>	<u>(4.127)</u>	<u>275.873</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. -TSLE

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		9.455	808
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais			
Receita financeira	8	(44.657)	(35.418)
Receita de O & M	8	(6.687)	-
Amortização ativo financeiro	8	57.833	-
Tributos diferidos		2.221	(275)
Juros sobre empréstimos		22.629	11.696
		<u>40.794</u>	<u>(23.189)</u>
Redução (aumento) nos ativos			
Concessionárias e Permissionárias		348	(5.943)
Despesas antecipadas		(104)	7.759
Impostos a recuperar		(50)	(54)
Estoques		82	-
Outros		-	28
		<u>276</u>	<u>1.790</u>
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores e Empreiteiros		(928)	5.892
Impostos e Contribuições		(2.863)	(521)
Taxas regulamentares		767	1.365
Folha de pagamento		6	-
Outros		16	(209)
		<u>(3.002)</u>	<u>6.527</u>
Caixa proveniente das (usados nas) atividades operacionais		38.068	(14.872)
Juros sobre financiamentos pagos		(19.364)	(26.489)
Recursos líquidos provenientes das (usados nas) atividades operacionais		18.704	(41.361)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições do imobilizado		(240)	(924)
Adições ao ativo financeiro - Concessão		(1.423)	(15.325)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(1.663)	(16.249)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e Financiamentos		6.750	485.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		11.437	16.200
Cauções e depósitos vinculados		(636)	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		(35.178)	(450.000)
Caixa proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento		(17.627)	51.200
Redução no caixa e equivalentes		(586)	(6.410)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		5.793	18.312
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		<u>5.207</u>	<u>11.902</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. (a "Companhia"), constituída em 10 de julho de 2012, com sede em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelos empreendimentos mencionados na Nota 2. As instalações incluem os serviços de apoio e administrativos, os equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no contrato de concessão no 020/2012, na legislação e regulamentos aplicáveis.

Os recursos necessários para a construção da linha de transmissão foram obtidos, através de uma estrutura de "Project Finance", envolvendo aporte de capital e captação nos mercados financeiros. Em 30 de junho de 2016, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 22.541(R\$ 33.289 negativo em 2015), principalmente devido ao registro no passivo circulante de provisões contratuais oriundas da conclusão da construção dos ativos de concessão, as quais não serão recorrentes.

2 Concessões

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2012 - ANEEL, datado de 27 de agosto de 2012, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 525 kV Nova Santa Rita - Povo Novo; CS, 281 km;
- LT 525 kV Povo Novo - Marmeleiro; CS, 154 km; sendo os 15 km dentro da Estação Ecológica do Taim em CD;
- LT 525 kV Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar; CS, 52 km;
- SE Nova Santa Rita 525 kV;
- SE Povo Novo 525/230 kV - 672 MVA;
- SE Marmeleiro 525 kV, com compensador síncrono de +- 200MVAr;
- SE Santa Vitória do Palmar 525/138 kV - 75MVA;

Em 19/11/2014, foi emitida pela ANEEL a Resolução Autorizativa de nº 4.916, autorizando a TSLE a implantar reforços nas instalações de transmissão, especificamente na SE Povo Novo. A RAP anual para este projeto é de R\$5.239 e o prazo para entrada em operação comercial é de 24 meses.

3 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

As presentes demonstrações foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 5 de agosto 2016.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para a preparação de suas demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2016 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e das demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2015, que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas. Essas demonstrações financeiras intermediárias, portanto, devem ser lidas em conjunto.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2016	31/12/2015
Caixas e depósitos bancários à vista	719	4
Aplicações financeiras	<u>4.488</u>	<u>5.789</u>
	<u>5.207</u>	<u>5.793</u>

As Aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e consistem em investimentos de baixo risco, possuindo liquidez diária e com rentabilidade atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), cujos rendimentos são de 100% do CDI.

6 Concessionários e permissionários

Referem-se a valores a receber de concessionárias e permissionárias relativas ao serviço de transmissão de energia elétrica e estão garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas-correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ou diretamente pela Companhia. Dessa forma, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7 Impostos a recuperar

A composição dos tributos recuperáveis é apresentada como segue:

	30/06/2016	31/12/2015
IRRF sobre aplicações financeiras	296	413
Retenções s/faturamento	286	122
Outros	9	6
	<u>591</u>	<u>541</u>
Circulante	588	541
Não circulante	3	-

8 Ativo financeiro

A Companhia possui um Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2012- ANEEL, datado de 27 de agosto de 2012, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), onde foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos.

Em 30 de Junho de 2016 a empresa possui R\$ 142.407 (R\$ 161.068 em 31 de dezembro de 2015) como contas a receber do poder concedente, referentes ao valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados e determinados com base nas taxas de depreciação aprovados pela ANEEL, será indenizável ao final da concessão. Como esse valor será indenizável apenas em 2042, o montante está registrado no ativo não circulante.

A Companhia possui também o ativo financeiro amortizável pela Receita Anual Permitida (RAP), que é a diferença entre o valor total líquido da infraestrutura de transmissão e o valor residual da infraestrutura na data do término do contrato de concessão, é atualizado pela receita financeira, e amortizado pela receita definida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), dos usuários do sistema, descontada da receita de operação e manutenção.

Abaixo é apresentada a movimentação do ativo financeiro:

	30/06/2016	31/12/2015
Saldo inicial do ativo financeiro	912.246	849.614
(+) Receita de construção (Nota 16)	1.374	68.570
(+) Receita dos serviços de O & M (Nota 16)	6.687	19.234
(+) Receita com ativo financeiro (Nota 16)	44.657	72.817
(-) Amortização - Receita anual permitida (RAP)	(57.833)	(86.118)
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	-	(11.871)
	<u>907.131</u>	<u>912.246</u>
Saldo do ativo financeiro		
Ativo financeiro amortizável - RAP (circulante)	29.264	28.215
Ativo financeiro amortizável - RAP (não circulante)	747.331	734.834
Ativo financeiro indenizável (não circulante)	142.407	161.068
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(11.871)	(11.871)

Em 2015 a Companhia concluiu o processo de unitização dos bens perante a ANEEL e com isso reavaliou a estimativa de ativo financeiro indenizável.

Impairment (CPC 01 (R1))

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2015, avaliação individual da unidade geradora de caixa (UGC) quanto aos aspectos do impairment. Como a Companhia possui somente uma única concessão (nº 020/2012-ANEEL), foi considerado o teste para uma unidade geradora de caixa – UGC.

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

Principais premissas adotadas

		2015
Taxa de desconto para o fluxo de caixa - Transmissão		6,41% pós-tax
Preço da receita anual permitida projetada	De acordo com a resolução homologatória emitida pela ANEEL.	
PIS e Cofins	9,25% sobre a receita bruta	
Pesquisa e desenvolvimento	1% da ROL	
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita bruta	
Depreciação	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações	
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)	
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das concessões e/ou autorizações	

9 Cauções e depósitos vinculados

Em 30 de Junho de 2016 a Companhia possui o valor de R\$ 19.329,(R\$ 18.693 em 31 de dezembro 2015) referente a aplicações em Fundos de Investimento do Bradesco S.A. (FIC FI REF DI Federal), com carteira formada por títulos de renda fixa públicos federais e rentabilidade atrelada à variação do CDI.

A aplicação possui finalidade de constituir Conta Reserva para troca das garantias atuais das obrigações dos contratos de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES.

10 Fornecedores e empreiteiros e Provisões contratuais

A composição de saldo de fornecedores é apresentada como segue:

	30/06/2016	31/12/2015
Materiais	8.018	5.081
Serviços	6.352	5.989
Provisões Contratuais	25.457	29.685
	39.827	40.755

O saldo de fornecedores é relativo ao fornecimento de serviços, produtos e equipamentos usados na construção das linhas de transmissão. Os valores são reconhecidos quando ocorrem as respectivas medições e aceites de cada fase da obra, obedecendo ao cronograma físico/econômico, determinado em contrato com o empreiteiro. As medições/ aceites são os instrumentos usados para reconhecer a obrigação e o respectivo ativo. Esses valores permanecem nessa conta até que os respectivos documentos fiscais sejam recebidos e os pagamentos sejam autorizados e realizados.

11 Empréstimos e financiamentos

	30/06/2016	31/12/2015
Empréstimo ponte – Cessão de crédito (a)	-	10.007
BNDES (b)	<u>470.059</u>	<u>485.264</u>
	<u>470.059</u>	<u>495.271</u>
Circulante	37.110	46.862
Não circulante	432.949	448.409

a. Empréstimo ponte

O valor de R\$10.007 registrado em 31 de dezembro de 2015, trata-se de instrumento particular de contrato de Cessão de Créditos firmado entre Elecnor do Brasil (cedente), Banco ABC Brasil (Cessionário) e TSLE (Devedora), onde o Cedente titular dos créditos, cede e transfere ao Cessionário o direito de cobrar os créditos indicados acima, da Devedora.

O saldo de 31 de dezembro de 2015, era devido ao Banco ABC e foi liquidado durante este exercício.

b. BNDES

A Companhia utiliza recursos de empréstimos e financiamentos para financiar a implantação de seus empreendimentos. Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui contabilizados os montantes de R\$ 37.110 e R\$ 432.949 no passivo circulante e não circulante respectivamente, referente ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que tem como garantia a totalidade das ações da Companhia, cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento.

Convenants e garantias

O financiamento com o BNDES tem como garantia a caução do penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas da Companhia de propriedade dos Acionistas.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três meses de serviço da totalidade da dívida da concessionária e três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual a superior a 1,2 vezes;

- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato;
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76.

12 Taxas regulamentares

	30/06/2016	31/12/2015
Reserva global de reversão (RGR)	1.617	1.218
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	578	359
Taxa de fiscalização - ANEEL	<u>378</u>	<u>229</u>
	<u>2.573</u>	<u>1.806</u>

Refere-se a encargos do setor elétrico brasileiro pagos pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica.

- **Reserva Global de Reversão - RGR** - É um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.
- **Pesquisa e Desenvolvimento - P&D** - A Lei nº. 9.991, de 24/07/2000, determina que as empresas transmissoras do setor elétrico apliquem, anualmente, o montante mínimo de 1% da sua Receita Operacional Líquida - ROL, em programas de Pesquisa e Desenvolvimento, sendo, 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulados pela ANEEL e 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia - MME.
- **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)** - Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP.

13 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	30/06/2016	31/12/2015
Diferença ativo financeiro	4.669	6.889
Provisão para impairment (nota 8)	<u>(4.036)</u>	<u>(4.036)</u>
	<u>633</u>	<u>2.853</u>

14 Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo da conta “adiantamento para futuro aumento de capital” no montante de R\$ 168.296 está composto por valores recebidos dos acionistas como segue:

	30/06/2016	31/12/2015
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT.	80.902	72.012
Eletrosul Centrais Elétricas S.A	<u>87.394</u>	<u>84.847</u>
	<u>168.296</u>	<u>156.859</u>

Com relação aos aportes já efetuados pela acionista Eletrosul Centrais Elétricas S/A, a acionista CEEE/GT, proporcionalmente a sua participação, está em mora de R\$3.065, tendo sido elaborado acordo para quitação do mesmo para os meses seguintes.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2016 o capital autorizado é de R\$ 450.000 (idem em 31 de dezembro de 2015), e o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 280.000, o qual é representado por 280.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	30/06/2016		
	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor
Acionistas			
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	142.800.000	51	142.800
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	<u>137.200.000</u>	<u>49</u>	<u>137.200</u>
	<u>280.000.000</u>	<u>100</u>	<u>280.000</u>

16 Receita operacional líquida

A conciliação entre receita operacional bruta e a receita operacional líquida em atendimento ao CPC (R1) - Receitas é apresentada abaixo:

	30/06/2016	30/06/2015
Receita de serviços de O & M	6.687	5.274
Receita com ativo financeiro	44.656	35.418
Receita de construção	<u>1.374</u>	<u>41.128</u>
Receita Operacional Bruta	<u>52.717</u>	<u>81.820</u>
Dedução da receita bruta	<u>(7.211)</u>	<u>(4.195)</u>
Receita Operacional líquida	<u>45.506</u>	<u>77.625</u>

17 Custos de operação

	30/06/2016	30/06/2015
Materiais	-	(4)
Serviços de terceiros	(2.841)	(4.070)
Indisponibilidade de equipamento	(1.087)	-
Associação ONS	(21)	-
Seguros	(59)	-
	(4.008)	(4.074)

18 Despesas administrativas

	30/06/2016	30/06/2015
Honorários	(391)	(558)
Serviços de terceiros	(1.582)	(1.330)
Materiais	(13)	(2)
Depreciação	(1)	-
Outros	(8)	(33)
	(1.995)	(1.923)

19 Resultado financeiro líquido

O detalhamento das despesas e receitas financeiras é apresentado a seguir:

	30/06/2016	30/06/2015
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	1.402	605
Outros	312	40
	1.714	645
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos	(22.629)	(19.671)
Encargos Selic	(199)	(125)
Outros	(7.560)	(10.541)
	(30.388)	(30.337)
Resultado financeiro líquido	(28.674)	(29.692)

20 Saldos e transações com partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a diretoria executiva, durante o período findo em 30 de junho de 2016, foi de R\$ 391 (R\$ 558 em 30 de junho de 2016).

b. Transações e saldos

A acionista Eletrosul Centrais Elétricas S/A, parte relacionada, possui os seguintes contratos com a TSLE:

- (i) Contrato de Prestação de Serviços de O & M: Valor de R\$ 66 mensais. Com vigência de 4 anos a partir da entrada em operação comercial.
- (ii) Contrato de Compartilhamento de Instalações - SE NOVA SANTA RITA 525 Kv: Valor de R\$ 1.059 a título de ressarcimento de custos de análise de projetos, atualização de estudos, fornecimento de documentos técnicos, fiscalização da obra, acompanhamento da obra e comissionamento das instalações. E ainda, a quantia de R\$ 2, a título de ressarcimento de custos de manutenção e conservação.

21 Contingências

A Companhia não possui contra si litígios trabalhistas, cíveis ou tributários classificados por seus assessores jurídicos como riscos prováveis ou possíveis de perda, portanto em 30 de junho de 2016 e de 2015 nenhuma provisão e ou divulgação é requerida.

22 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em aplicações financeiras.

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão próximos de seus valores justos.

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os instrumentos financeiros avaliados ao valor justo são caixa e equivalentes de caixa e fundo Vinculados que totalizavam R\$24.536 em 30 de junho de 2016 (R\$24.486 em 31 de dezembro 2015) que foram avaliadas como instrumentos financeiros no nível 1.

Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	30/06/2016	31/12/2015
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	5.207	5.793
Cauções e depósitos vinculados	19.329	18.693
Concessionárias e Permissonárias	12.122	12.470
Ativo financeiro amortizável pela RAP (circulante)	29.264	28.215
Ativo financeiro amortizável pela RAP (não circulante)	735.460	722.963
Ativo financeiro indenizável	<u>142.407</u>	<u>161.068</u>
	<u>943.789</u>	<u>949.202</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores e empreiteiros	(14.370)	(11.070)
Empréstimos e financiamentos	(470.059)	(495.271)
Adiantamento para futuro aumento de capital	<u>(168.296)</u>	<u>(156.859)</u>
	<u>(652.725)</u>	<u>(663.200)</u>

b. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

(i) Operações ativas

As operações da Companhia são indexadas a taxas prefixadas, sendo as taxas pós-fixadas por CDI. A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

(i) Operações passivas

A Companhia está sujeita ao risco de juros nos empréstimos pós-fixados indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em 30 de junho de 2016, a Companhia possuía R\$470.059 como sua dívida total indexada em TJLP. Dessa forma, eventual valorização desse indexador poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

c. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.